



**MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

## **EDITAL**

### **Candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior no ano letivo 2020-2021**

Humberto da Silva Marques, Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, dando cumprimento ao previsto no artigo 12.º do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, faz saber que:

- **Determina** a abertura do prazo de apresentação das candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, que decorre entre os dias **16 de novembro e 16 de dezembro de 2020**;
- Os interessados poderão formalizar o pedido mediante a submissão do formulário de candidatura online através do Portal do Município [www.cm-obidos.pt](http://www.cm-obidos.pt), “serviços online”, acompanhando de todos os documentos necessários para a candidatura. Os documentos devem ser digitalizados e anexados obrigatoriamente à candidatura.

O Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, na sua íntegra, poderá ser consultado no Portal do Município em [www.cm-obidos.pt](http://www.cm-obidos.pt).

E, para constar, se passou este e outros, de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos de estilo.

Óbidos, 05 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Eng.º Humberto da Silva Marques



## MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

#### **Alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior**

##### **Artigo 1.º**

##### **Lei Habilitante**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa; alínea c) e d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

##### **Artigo 2.º**

##### **Objecto**

Aplica-se aos alunos do Concelho de Óbidos que frequentem o ensino superior público, privado ou cooperativo devidamente homologado<sup>1</sup> e estabelece o regime jurídico de atribuição de bolsas de estudo.

##### **Artigo 3.º**

##### **Princípio Geral**

A Câmara Municipal de Óbidos, sob proposta de uma Comissão de Selecção e Avaliação, atribuirá anualmente bolsas de estudo a estudantes economicamente carenciados, residentes no Concelho de Óbidos, que ingressem e/ou frequentem o ensino superior.

##### **Artigo 4.º**

##### **Montante e Periodicidade**

1. As bolsas de estudo a que se refere o presente regulamento são prestações pecuniárias de setecentos e cinquenta euros (750€), mil euros (1000€) e mil e quinhentos euros (1500€) anuais, para estudantes que frequentem o ensino superior em estabelecimentos distantes da residência do seu agregado familiar, até um raio de 60 km, entre 61 km e 150 km e mais de 150 km, respectivamente.
2. A bolsa de estudo será paga numa única prestação, depois de concluídos todos os trâmites do respectivo procedimento.

##### **Artigo 5.º**

<sup>1</sup> Nos termos do disposto no artigo 13º -A, da Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo e no Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março



## MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

#### Dotação Global

As comparticipações financeiras anuais a atribuir pela Câmara Municipal são financiadas através de verbas inscritas em orçamento e plano de actividades.

#### Artigo 6.º

##### Conceitos

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária para comparticipação nos encargos inerentes à frequência do ensino superior pelos estudantes economicamente carenciados.
2. Agregado familiar, para além do requerente, é constituído pelas pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido entre si uma vivência comum de entreajuda e partilha de recursos.<sup>2</sup>
3. Rendimento é o valor anual ilíquido composto pelos salários, pensões e outras quantias recebidas a qualquer título por todos os elementos do agregado familiar.
4. Estudante economicamente carenciado, para efeitos de atribuição de bolsa, é aquele cuja capitação média mensal do agregado familiar é inferior ao IAS (Indexante de Apoio Social<sup>3</sup>) em vigor no início do ano lectivo.
5. Capitação média mensal do agregado familiar é o resultado do cálculo da seguinte expressão:

$$\frac{1}{12} \times \frac{RA}{AF}$$

Legenda: RA = rendimento anual ilíquido do agregado familiar. AF = número de elementos do agregado familiar.

<sup>2</sup> Ver Artigo 4º do Decreto-Lei nº 70/2010 de 16 de Junho

<sup>3</sup> Nos termos do disposto na Lei nº 53-B/2006 de 29 de Dezembro



## MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

#### Artigo 7.º

##### Condições de Acesso

1. São admitidas candidaturas de estudantes que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- a) Residir no Concelho de Óbidos há pelo menos três anos;
- b) Ser cidadão português, comunitário ou outro com título de residência válido;
- c) Não possuir a habilitação ou curso equivalente àquele que pretende frequentar;
- d) Não beneficiar de outra bolsa de estudo ou subsídio concedido por outra entidade para o mesmo ano lectivo, até ao limite máximo do salário mínimo nacional;
- e) Ter tido aproveitamento escolar no ano lectivo anterior, excepto nas situações de mudança de curso.

#### Artigo 8.º

##### Composição e nomeação da Comissão de Selecção e Avaliação

- 1. A comissão de selecção e avaliação, adiante designada por CSA, referida no Artigo 3º do presente Regulamento, é composta por cinco elementos, três deputados da Assembleia Municipal, um representante do Agrupamento de Escolas de Josefa de Óbidos e um representante do Gabinete de Educação do Município.
- 2. A nomeação dos elementos que integram a CSA é solicitada aos órgãos respectivos, pelo representante do município, sempre que se verifiquem novas eleições.

#### Artigo 9.º

##### Competência da CSA

1. Compete à comissão de selecção e avaliação:

- a) Proceder à análise das candidaturas;
- b) Aplicar os critérios de atribuição das bolsas nos termos do previsto no presente Regulamento;
- c) Ordenar os processos e seleccionar as candidaturas elegíveis;
- d) Elaborar parecer resultante da apreciação das candidaturas;
- e) Submeter proposta devidamente fundamentada para pronúncia do Executivo Camarário;
- f) Apoiar o órgão executivo camarário no decurso de todo o processo administrativo.



**MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

**Artigo 10.º**

**Instrução de Candidatura**

1. A bolsa de estudo é requerida pelo estudante, quando maior, caso contrário pelo seu encarregado de educação;
2. A candidatura é formalizada obrigatoriamente através do preenchimento online do requerimento disponível na página do Município de Óbidos, em Serviços Online, Atendimento Online.

Para aceder ao Atendimento Online é necessário realizar um registo de utilizador, após o qual, poderá aceder à área de requerimentos e seleccionar o documento referente à bolsa pretendida - Ensino Superior.

3. Os documentos referidos no nº 11, do presente Regulamento, podem ser digitalizados e anexados no Atendimento Online ou entregues em suporte de papel, pessoalmente ou através de correio, na secretaria do Município de Óbidos, com sede no largo de São Pedro - 2510 - 086 - OBIDOS.

**Artigo 11.º**

**Documentos a apresentar**

1. Os candidatos deverão juntar a seguinte documentação:
  - a) Cópia de Bilhete de Identidade ou Passaporte;
  - b) Cópia de Cartão de Identificação Fiscal;
  - c) Cópia de Cartão de Cidadão (em substituição das 2 anteriores);
  - d) Cópia do NIB;
  - e) Declaração de residência passada pela Junta de Freguesia indicando o tempo de permanência no Concelho;
  - f) Certificado de matrícula no respectivo Estabelecimento de Ensino Superior;
  - g) Declaração dos Serviços de Acção Social do respectivo Estabelecimento de Ensino Superior, atestando o(s) tipo(s) de apoio(s) a que tem direito, nomeadamente, valor da bolsa, residência universitária, propinas, entre outros;
  - h) Tratando-se de aluno já integrado no Ensino Superior terá que juntar ao processo, documento comprovativo do aproveitamento escolar respeitante ao ano lectivo anterior, no qual constem as classificações obtidas em cada disciplina;
2. Deverá ser remetida a seguinte documentação, relativa ao Agregado Familiar



**MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

- a) Cópia de Bilhete de Identidade ou Passaporte, do Encarregado de Educação/Representante Legal do Candidato;
- b) Cópia de Cartão de Identificação Fiscal, do Encarregado de Educação/Representante Legal do Candidato;
- c) Cópia de Cartão de Cidadão, do Encarregado de Educação/Representante Legal do Candidato, (em substituição das 2 anteriores);
- d) Cópia da última declaração de I.R.S. e/ou do I.R.C do agregado familiar e/ou recibos de vencimento de todos os elementos com rendimentos;
- e) Declaração relativa aos bens patrimoniais, registados em nome de cada elemento do agregado familiar, emitida pela repartição de finanças;
- f) Documento comprovativo de encargos com a habitação (renda, prestações de empréstimo, aquisição ou construção);
- g) Documento comprovativo da situação de desemprego de qualquer dos elementos do agregado familiar (caso receba subsídio, juntar comprovativo do valor do mesmo, ou de outro rendimento de que esteja a beneficiar).

**Artigo 12.º**

**Divulgação e prazo de apresentação da candidatura**

O prazo para apresentação de candidatura, para cada ano lectivo, será divulgado por via de Edital a afixar nos lugares de estilo e na página do município.

**Artigo 13.º**

**Critérios de atribuição**

1. É considerado o menor rendimento per capita como condição preferencial na atribuição das bolsas de estudo.
2. Em caso de igualdade, prevalece a candidatura que apresentar a melhor classificação final no ano lectivo anterior.
3. Se a igualdade se mantiver será tido em conta o facto de o candidato já ter beneficiado desta bolsa em anos anteriores.

**Artigo 14.º**

**Decisão**

1. A proposta de atribuição das bolsas de estudo é submetida ao órgão executivo camarário para apreciação;
2. Após a deliberação camarária, o projecto de decisão é notificado a todos os candidatos para



## MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

- cumprimento do disposto no artigo 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo;
3. Findo o prazo da audiência de interessados, a Câmara Municipal pondera eventuais reclamações e atribui as bolsas de estudo.

### Artigo 15.º

#### Direitos e Deveres dos Bolseiros

1. Constituem **deveres** dos bolseiros:

- a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados, no âmbito do processo;
- b) No decurso do procedimento informar os serviços do município de quaisquer alterações, relativas à sua situação económica, alterações na composição do agregado familiar, alteração de residência ou mudança de curso, etc..., que possam influir na análise da candidatura;
- c) Usar de boa fé em todas as declarações prestadas;
- d) Comparecer nos serviços do Município, quando solicitada a sua presença, para esclarecer quaisquer dúvidas suscitadas pela análise da candidatura;
- e) Estar disponível para visita domiciliária.

2. Constituem **direitos** dos bolseiros:

- a) Consultar o seu processo sempre que entender;
- b) Recorrer aos serviços do Município para pedir orientações na integração no Ensino Superior;
- c) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.
- d) Receber integralmente a bolsa que lhe for atribuída;

### Artigo 16.º

#### Motivos de cessação

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo:

- a) A prestação, por omissão ou inexactidão, de falsas declarações;
- b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar;
- c) A desistência de frequência do curso,
- d) Mudança de residência para outro concelho;
- e) Desistência durante o ano lectivo de todos ou parte dos exames indispensáveis à matrícula no ano seguinte;



**MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

2. Ao verificar-se o previsto na alínea a) do número anterior deste artigo, a Câmara reserva-se o direito de exigir ao bolseiro, ou ao seu encarregado de educação, a restituição integral da importância paga, bem como o pagamento de uma coima até ao triplo do valor da bolsa atribuída.
3. A cessação da bolsa decorrente da alínea a) do n.º 1 implica que o candidato não possa voltar a apresentar candidatura a este apoio.

**Artigo 17.º**

**Disposições Finais**

1. O desconhecimento deste Regulamento não pode ser evocado para justificar incumprimento das suas disposições.
2. As dúvidas, interpretações e casos omissos resultantes da aplicação do presente regulamento serão analisados, decididos e supridos por deliberação da Câmara Municipal.

**Artigo 18.º**

**Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor depois de aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Óbidos.

Paços do Concelho de Óbidos, 12 de Maio de 2010

O Presidente da Câmara

Dr. Telmo Henrique Correia Daniel Faria





MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

Assembleia Municipal de Óbidos  
LARGO SÃO PEDRO  
2510-086 ÓBIDOS

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência:

Data:

**2018,SACEF,S,31,6300 05-12-2018**

**Assunto:** Candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior no ano letivo 2018-2019

Ex. mos Senhores,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar V/ Ex.as que esta Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 30 de novembro de 2018, deliberou por unanimidade:

- a) aprovar a abertura de candidaturas no período compreendido entre 3 e 31 de dezembro de 2018, para atribuição de bolsas de estudo referentes ano-letivo de 2018-2019 a estudantes do Ensino Superior;
- b) fazer um esclarecimento ao “Regulamento para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”, no sentido de ser considerado "aproveitamento escolar", para os efeitos previstos na alínea e) do artigo 7º, a conclusão de mais de 93% das UCT's planeadas do ano letivo anterior (onde se inclui as UCT's do ano e as de anos anteriores, desde que inscritas para o ano letivo em causa);
- c) dar conhecimento à Assembleia Municipal do esclarecimento produzido.

Com os melhores cumprimentos

O Adjunto do Presidente  
Por delegação, despacho n.º 6/PRE/2017,  
de 21 de outubro.